

Conhecimento, ética e inovação no horizonte do bem-estar humano: reposicionando um discurso

Knowledge, ethics and innovation in the horizon of human well-being: repositioning a discourse

Conocimiento, ética e innovación en el horizonte del bienestar humano: reposicionando un discurso

Pretendemos, neste editorial, sem abrir mão do rigor frente às questões do conhecimento, visitar pontos que possam melhorar as nossas perguntas afetas à temática apresentada como título. Para arbitrar um tempo de início para a conversa, aludimos a *Teeteto*, escrito por volta do ano 369 a.C., um dos diálogos de Platão, onde se apresentam as indagações sobre 'o que é' e 'o que não é' conhecimento¹. Remonta a essas reminiscências filosóficas considerar o conhecimento como 'crença verdadeira justificada'. Ainda que pontos de tal proposição mereçam questionamentos, é razoável admitir que, na sua vertente científica, o ato de conhecer seja compatível com a justificativa metódica e rigorosa de uma crença (ou hipótese).

A teoria do conhecimento que chega até nós mantém forte influência do Renascimento e de seus cientistas. É a partir daí que ganha força a defesa do ato de conhecer obtido pela via experimental, apresentando-se como análise e síntese racionais dos fenômenos em meio à experiência humana. Adotou-se a expressão "epistemologia" para denominar um campo filosófico onde se fazem as discussões sobre os caminhos do conhecimento científico. Vale salientar que *episteme*, na Grécia Antiga, opunha-se a *doxa*, este último termo sendo aplicado a um tipo de conhecimento obtido sem rigor, vulgar.

Edgar Morin² nos repassa que Francis Bacon, na aurora da ciência ocidental, idealizou e propagou que a missão do conhecimento era, a partir de então, livrar-se de seus rastros imprecisos e incômodos; devia cumprir um projeto que lhe exigia emancipação e purificação para tornar-se ciência. Mas é possível que o projeto em perspectiva, embora fabuloso, tenha assumido uma parcialidade indevida, negligenciando outros valores, em direção ao logicismo como ideologia. Com esse espírito precavido é que se pretende aqui estender para além do habitual as considerações acerca da aproximação e da interação entre o conhecimento, a ética, a inovação, a criatividade, a condição humana e o seu bem-estar.

No escopo zooantropológico, o homem se diferencia das outras espécies de animais, conforme Ernst Desserer, não por ser racional, mas sim por usufruir de um sistema simbólico de comunicação³; de uma nova sintaxe. Pode o homem, por exemplo, captar e testemunhar o 'transbordamento' estético do mundo, forjado pelos gestos antrópicos – é a arte. A arte relativiza o gesto frente ao mundo, utiliza-se de uma linguagem que amplia e redimensiona a sensibilidade do observador. Um percurso sanitário, científico ou pedagógico sem o concurso da arte é inviável, pois sem uma rede artística o ser humano não se sustenta em direção a nada, tudo estagna e embrutece, não há criatividade, inclusive a científica. Mesmo a verdade comporta mistérios.

Para promover breve ajuizamento de tais questões, cumpre-nos requisitar dois pressupostos: a linguagem e a antropologia, conforme esses dois campos são compreendidos pelo autor deste texto no diálogo com as suas referências. Com efeito, concordamos com o ponto de vista sob o qual só mudamos ou inovamos o nosso padrão de ação se, rompendo como o 'mesmo', nos reposicionamos e mudamos a nossa relação com a linguagem e a antropologia formais. Isso, seja pelo atravessamento por alguma contingência intuitiva ou transcendental, como possa ter ocorrido com Isaac Newton na sua concepção da lei da gravitação universal; seja pelo alerta algo involuntário de um confrade iluminado, do modo como Kant admitiu que ler Hume "despertou-me do meu sonho dogmático", ou mesmo como disse Whitman: "Eu estava em fogo brando, e Emerson me fez ferver".

A antropologia aqui defendida pede atenção para aquilo que se dá a priori no processo de estruturação da pessoa humana. É, pois, a pessoalidade (não a individualidade ou a naturalidade) o adequado 'modo de existência' humano. A pessoalidade pede o que é 'constitutivo' – no dizer de Gilberto Safra⁴, por exemplo. Nessa visão alargada depreende-se que há também uma linguagem constitutiva (indizível, embora desvelável) que precede a linguagem que vem a *posteriori*, adquirida (dizível, compartilhada, encarnada). Por conseguinte, na construção transgeracional do conhecimento, haverá sempre subjacente um problema de linguagem a ser resolvido: "como transmitir a totalidade daquilo que se quer dizer?". Cabe ao homem, desde que é 'dado à luz', dar unidade à sua antropologia e à sua linguagem, juntar o adquirido ao constitutivo, a ele concedido pelo Outro Absoluto. O constitutivo se dá, portanto, antes do amadurecimento neuro-psíquico-intelectual que propicia a alteridade na vida de relação cotidiana. Esse registro pode ser acessado mesmo nos alienados e naqueles com deficiências cognitivas ou psico-socio-culturais.

Podemos assim inferir que uma proposta unilateral, verticalizada, moralizante, corretiva ou estritamente higiênico-sanitária, que não contemple acesso àquilo que é originário, não pode ser ética nem trazer bem-estar. Renovar-se ou inovar sem considerar visitar ou ser visitado pelo inefável é impossível. As palavras só não bastam. Sem isso ficam pelo caminho as propostas de justiça ou inclusão social, de conforto ou de aperfeiçoamento – situações que ora se fazem e refazem, em meio a acordos, contratos e nas suas conveniências temporo-espaço-circunstanciais. Antropologia e linguagem, dadas em suas interações e paradoxalidades, na concepção aceita para aferir razoável potencial de sustentabilidade frente às questões do sentido do ser, têm que se fazer 'em comunidade', com elevado grau de liberdade, dispensando a mera funcionalidade ou institucionalidade dos gestos não criativos.

Contudo, o aparato técnico e científico que orienta grande parcela dos processos do mundo contemporâneo tende a considerar um 'erro metodológico' aceitar o humano como pessoa. Descarta-se o seu *ethos*, baseando-se numa pedagogia reduzida à racionalidade, fundada na quantidade, na produtividade e na reprodutibilidade, mostrando-se incompatível com a vida em comunidade propriamente dita; quando de fato é pela ética que se coloca o ser humano e os limites de seus gestos em questão, inclusive aqueles em direção à barbárie. É no encontro com a dignidade do outro que as questões da verdade e dos mistérios de si se dão. A par disso, os profissionais da saúde se ressentem da falta de conhecimento acerca da condição do ser humano e, notadamente, daquelas condições mais originárias, constitutivas, comunitárias. Mesmo quando se assiste um paciente, não se assiste apenas um paciente: há multivozes em cada um – através de cada pessoa fala também a sua família, a sua gente, a sua hierarquia de valores, os seus saberes e o seu lugar. Enfim, eticamente, quando duas pessoas conversam, a humanidade dialoga.

Nesse sentido, pensar comunitariamente seria, por exemplo: pensar o nascimento/natalidade como início do processo de acolhimento, morada e sustentação (*holding*) do ser humano solitário que, de modo precário, é jogado na existência; pensar o adoecimento/morbididade como um momento para 'estar com' o seu paciente ou comunidade, testemunhando e ajudando na lúcida travessia do sofrimento como condição inerente à pessoa humana; pensar a morte/mortalidade como momento que também pede testemunho, compreendendo que preparar para a morte, é, na verdade, preparar para atravessar o medo da solidão que se vislumbra com a finitude humana. Inaugura-se assim o cientista da saúde, aquele que busca apropriar-se do conhecimento, mas para ser o "curador" de sua comunidade. Que publica e socializa as suas descobertas, pois também carrega a necessidade humana de universalizar a sua obra e de ser testemunhado pelos seus pares.

Todavia, o mundo que ora se apresenta exila (terapêutica e sedutoramente) as pessoas das suas questões de alteridade e interioridade, ignorando que há situações nas quais o próprio sofrimento é fonte de saber e chega a ser necessário e saudável. Esse divórcio, por exemplo, aflora no dia a dia da pesquisa científica envolvendo seres humanos, quando se fazem contornos sobre a justa medida do 'consentimento informado' de uma comunidade submetida a estudo. De fato, a produção científica é incompatível com a ética? O conhecimento é incompatível com o saber? A socialização do conhecimento é uma utopia já abandonada pelos cientistas da modernidade? Em 1945, o médico e psicanalista Donald Winnicott escreveu⁵: "De fato, quando apenas são, somos decididamente pobres". No tom do texto aqui repassado, concordamos que, em meio a tantos progressos e confortos, somos de fato pobres se formos apenas são, racionais, operacionais, eficientes, reguladores, produtivos, duradouros, entificados; desprovidos de 'ser'.

REFERÊNCIAS

- 1 Platão. Diálogos I: Teeteto (ou do conhecimento), Sofista (ou do ser), Protágoras (ou sofistas). Tradução, textos complementares e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro; 2007. 320 p.
- 2 Morin E. O método 4. Tradução de Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina; 2002. 320 p.
- 3 Jablonka E, Lamb MJ. Evolução em quatro dimensões: DNA, comportamento e a história da vida. Tradução de Claudio Ângelo. São Paulo: Companhia das Letras; 2010. 511 p.
- 4 Safra G. A po-ética na clínica contemporânea. 2. ed. São Paulo: Ideias & Letras; 2004. 160 p.
- 5 Winnicott DW. Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas. Tradução de Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago; 2000. 456 p.

Manoel do Carmo Pereira Soares
Editor Associado da RPAS
Instituto Evandro Chagas/SVS/MS, Belém, Pará, Brasil